



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
JACAREÍ - SP

PROTOCOLO Nº	776	TIPO:	
DATA	24/6/19	ASS:	
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ			

Ref. Ofício nº 113/6/2019-CMS

**NOVA PÁTRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR – “CAMPO DAS OLIVEIRAS”**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF 17.386.653/0001-53, sediada a Rua Barão de Jacareí, 786, Sala 10, Centro, Jacareí - SP, CEP 12308-001, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, por meio de seus procuradores, em virtude do ofício supramencionado datado de 05 de junho de 2019, expor o quanto segue:

#### I. DA SÍNTESE DOS FATOS ALEGADOS NO OFÍCIO

1. Vossa Senhoria alega que a NOVA PÁTRIA inclui em sua atividade oferta de prestação de serviços extras ao funeral, tais como comércio de coroa de flores, serviços de tamponamento, maquiagem e outros.
2. Entretanto, aduz que tal oferta não se estenderia às famílias carentes, que muitas vezes fazem jus ao funeral social.
3. Por fim, solicita providências para paralização das ofertas de tais produtos e serviços e requer que a empresa deixe a lista de serviços e valores visíveis.



Tel.: (11) 2227-9515  
www.massicano.adv.br

Praça Silvio Romero, 55 - 4º andar - sala 47 - Tatuapé  
CEP 03323-000 - São Paulo - SP - Registro OAB/SP: 13.182  
(TMC - OS 6602 P. 21 M)

## II. DA REALIDADE FÁTICA

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que a Oficiada Nova Pátria, apenas terceiriza prestação de serviços funerários com personalização de ambiente e customização dos serviços funerários diferenciados do mercado.

5. Por óbvio que essa terceirização inclui os diversos serviços acessórios ao funeral, como coroa de flores, tanatopraxia, entre outros.

6. Ocorre que, a oferta desses serviços é feita, independentemente da situação socioeconômica das famílias, levando em consideração tão somente a manifestação de vontade delas em contratá-los.

7. Além disso, impedir que a Nova Pátria ofereça tais serviços às famílias carentes impede também o direito delas de determinarem a melhor oferta.

8. Nesse sentido, a comercialização e oferta dos serviços configura a livre concorrência, princípio constitucional de ordem econômica, previsto no art. 170, inciso IV, a seguir:

*“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*(...)*

*IV - livre concorrência;”*

9. Tal princípio garante o equilíbrio da exploração econômica, sob a liberdade de oferta e procura.

10. Ocorre que, quando Oficiada, a empresa vê seu direito lesado, uma vez que impedida de ofertar os seus serviços, os quais cabem esclarecer, sempre foram pautados na transparência, consubstanciada no princípio da boa-fé objetiva.





11. Por esse motivo, improcede as alegações feitas por Vossa Senhoria, uma vez que prejudicial à condição da empresa oficiada.
12. Por fim, repisa-se que estamos a total disposição para eventuais questionamentos e esclarecimentos.

São Paulo, 19 de junho de 2019.

p.p.

**NOVA PÁTRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR**  
**– “CAMPO DAS OLIVEIRAS”**  
**CNPJ/MF nº 17.386.653/0001-53**  
**p.p. THIAGO MASSICANO**  
**OAB/SP 249.821**



Tel.: (11) 2227-9515  
[www.massicano.adv.br](http://www.massicano.adv.br)

Praça Silvio Romero, 55 - 4º andar - sala 47 - Tatuapé  
CEP 03323-000 - São Paulo - SP - Registro OAB/SP: 13.182  
(TMC - OS 6602 P. 21 M)





**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA" "ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:** NOVA PÁTRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 17.386.653/0001-53, com endereço na Rua Barão de Jacareí, nº 786, sala 10, Centro, Jacareí - SP, CEP: 12308-001, neste ato representado por seu representante legal Sr. **ABNER PEREIRA DE OLIVEIRA**, nos termos do contrato social.

**OUTORGADOS:** Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui a Massicano Sociedade de Advogados, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 13.182, com o seguinte endereço eletrônico: [thiago@massicano.adv.br](mailto:thiago@massicano.adv.br) e com endereço profissional na Praça Silvio Romero, nº 55, Conjunto 47, Tatuapé- São Paulo- SP, CEP: 03323-000, **Dr. Thiago Massicano**, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 249.821 – OAB/RJ sob o nº 196.471-S – OAB/PR sob o nº 77.511-S; **Dra. Vanessa Gislaíne Tavares Laruccia**, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 211.441; **Dra. Renata Santana Pinheiro**, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 273.189; **Dra. Ariadne Cargnelutti Gonçalves Lopes**, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 221.154; **Dr. Ismael Moisés de Paula Junior**, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 261.344, **Dra. Aracélia Silveira Correa**, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 184.024; **Dr. Renan Nelson Gualberto**, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 356.826; **Dra. Mariana Gomes Carvalho**, advogada inscrita na OAB/SP 362.324; **Dr. Johnathan Otavio Souza de Oliveira**, advogado inscrito na OAB/SP nº 374.129; **Dra. Regiane de Bem Garcia Pereira**, advogada inscrita na OAB/SP nº 340.616; **Dra. Bruna Rodrigues Marchezini**, advogada inscrita na OAB/SP nº 320.242 e os Estagiários **Douglas Silveira Tartarotti**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 50.286.712-7, **Caio Vinicius Floride Carvalho**, estagiário inscrito na OAB/SP 216.970 E, **Camila Gomes Ferreira**, estagiária inscrita na OAB/SP nº 209.672-E, **Thiago Hokine Carneiro Santos**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 49.919.401-9, **Landerson Darwinch Câncio da Costa**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 52.468.885-0; **Felipe Henrique Miranda Marçal**, portador da cédula de identidade SSP/SP 53.690.728-6; **Elber Gabriel Contente de Santana**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 37.290.030-6; **José Cássio Gomes**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 8.774.282, **Vitor Alves de Moraes**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 54.563.765-X, **Reinaldo Souza Santos**, portador da Cédula de Identidade SSP/SP nº 50.019.031-8 todos com escritório na Praça Silvio Romero, 55, sala 47, Tatuapé - São Paulo - SP, CEP: 03323-000 tel: (011) 2227-9515, onde recebem intimações, aos quais conferem amplos poderes para o foro em geral, tanto para propor ações como dar andamentos as já propostas e defendê-la nas contrárias em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, usando de todos os meios e recursos legais, acompanhando-as até final execução, conferindo-lhes, ainda, especiais poderes para nomear preposto, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir judicialmente e extrajudicialmente, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromissos, pagar, receber cheque, remir, adjudicar e praticar todos os demais atos necessários ao bom desempenho deste, representar perante órgãos policiais, judiciários ou administrativos, autarquias ou entes públicos federal, estadual ou municipal, Juizados Especiais e Federais, bem como substabelecer a outrem com ou sem reservas de iguais poderes.

São Paulo/SP, 08 de janeiro de 2018.

**NOVA PÁTRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR LTDA**  
**-CNPJ/MF nº 17.386.653/0001-53**



Tel.: (11) 2227-9515  
[www.massicano.adv.br](http://www.massicano.adv.br)

Praça Silvio Romero, 55 - 4º andar - sala 47 - Tatuapé  
CEP 03323-000 - São Paulo - SP - Registro OAB/SP: 13.182  
P. 21 M - CG





## P.Q.S. - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneiteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

### CONTRATO CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE SIMPLES NOVA PÁTRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR LTDA.

**AJOM PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS - EIRELI** inscrita no CNPJ n.º 17.230.453/0001-07 -, com sede na cidade de Jacareí do Estado de São Paulo, à Avenida Estevam Corbani, nº. 430 - Jardim Santa Maria - CEP 12.328-190, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, NIRE n.º 3560010070-6, em sessão de 23 de Novembro de 2012, sob n.º 2.227.063/12-9 neste ato representada por sua administradora **ANDREA JESIE DE OLIVEIRA MARCON**, brasileira, casada no regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 29.791.021-8 SSP/SP e do CPF n.º 251.083.618-82, residente e domiciliada nesta cidade de Jacareí do Estado de São Paulo, à Avenida Estevam Corbani, nº. 430 - Jardim Santa Maria - CEP 12.328-190;

**APO PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI**, inscrita no CNPJ n.º 16.960.222/0001-96, com sede na cidade de Jacareí - Estado de São Paulo, à Rua Gilberto Moreira, n.º 129 - apto. 151 - Vila Aprazível - CEP: 12307-750, NIRE: n.º 3560010015-3, sessão de 24 de Setembro de 2012, sob n.º 2.009.432/12-5 neste ato representado por seu administrador **ABNER PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado separação total de bens, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 21.924.952-0 SSP/SP e do CPF n.º 098.648.768-64, residente e domiciliado nesta cidade de Jacareí do Estado de São Paulo, à Rua Gilberto Moreira, n.º 129 - apto. 151 - Vila Aprazível - CEP: 12307-750,

Constituem uma sociedade simples limitada, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 1ª.- DENOMINAÇÃO SOCIAL E TIPO DE SOCIEDADE.

A sociedade gira sob o nome empresarial **NOVA PÁTRIA PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR LTDA**

#### CLÁUSULA 2ª.- SEDE, FILIAIS, AGÊNCIAS OU SUCURSAIS.

A sociedade tem sua sede à Rua Barão de Jacareí, nº. 786 - Sala 10 - Centro - CEP 12.308-001, na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo, podendo a Sociedade a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios. (art.1000 CC/2002)



CNPJ 02.856.826/0001-82

1/8



IM 31.663.6





## P.Q.S - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

### CLÁUSULA 3ª - OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo a seguinte atividade:- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PLANOS DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR.**

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:-

Os sócios declaram expressamente, que exploram atividade econômica com fins lucrativos, sendo, portanto, uma sociedade simples limitada, nos termos do art. 966 e art. 982 do CC.

**CLÁUSULA 4ª - DO CAPITAL SOCIAL** O Capital social é de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Hum real), cada uma, assim distribuída entre os sócios:

1) a sócia empresa **AJOM PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI** subscreve 25.000 quotas sociais, integralizando neste ato em moeda corrente do país R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cuja a integralização é feita neste ato; equivalente a 50% do capital social da sociedade.

2) A sócia empresa **APO PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI** empresa subscreve 25.000 quotas sociais, integralizando neste ato em moeda corrente do país R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cuja a integralização é feita neste ato, equivalente a 50% das quotas sociais da sociedade.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O Capital Social acima mencionado está distribuído da seguinte forma:

- 1) 50% (cinquenta por cento) da sociedade para **APO PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI** empresa subscreve 25.000 quotas sociais, integralizando neste ato em moeda corrente do país R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 2) 50% (cinquenta por cento) da sociedade para **AJOM PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI** subscreve 25.000 quotas sociais, integralizando neste ato em moeda corrente do país R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

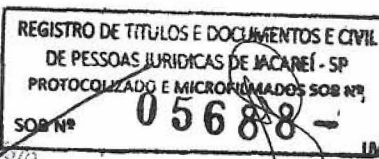
### CLÁUSULA 5ª - PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciará suas atividades na data da assinatura do presente contrato e o prazo de duração será por tempo indeterminado

### CLÁUSULA 6ª - DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento de outro sócio, a quem fica assegurado, em condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda em pagamento de até 60 (sessenta) parcelas, formalizando, se realizada a cessão delas e, a alteração contratual pertinente. (artigos 1.056 e 1.057 do Código Civil/2002), ressalvado o disposto no **Parágrafo Oitavo, da Cláusula 12ª** desta alteração, observando-se neste caso, que também as quotas sociais não poderão ser adquiridas por terceiros sem o consentimento dos demais sócios.

CNPJ 02.856.826/0001-82







## P.Q.S - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

**PARAGRAFO ÚNICO:** Fica estabelecido entre os sócios que, caso o direito de preferência não tenha sido exercido, e, as quotas tenham sido cedidas ou transferidas a terceiros, estes não poderão fazer parte da administração da sociedade, recebendo tão somente os lucros, dividendos que fizerem jus e, arcando com os prejuízos, tudo de acordo com sua participação societária.

### CLÁUSULA 7ª - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002).

### CLÁUSULA 8ª - ADMINISTRADORES

A administração da sociedade caberá aos administradores não sócios **ABNER PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado separação total de bens, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG. nº 21.924.952-0 SSP/SP e do CPF nº 098.648.768-64, residente e domiciliado nesta cidade de Jacareí do Estado de São Paulo, à Rua Gilberto Moreira, nº 129 - apto. 151 - Vila Aprazível - CEP: 12307-750, e Sra. **ANDREA JESIE DE OLIVEIRA MARCON**, brasileira, casada no regime comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 29.791.021-8 SSP/SP e do CPF nº 251.083.618-82, residente e domiciliada nesta cidade de Jacareí do Estado de São Paulo, à Avenida Estevam Corbani, nº. 430 - Jardim Santa Maria - CEP 12.328-190; com poderes e atribuições para, **INDIVIDUALMENTE E ISOLADAMENTE**, assinar e emitir cheques, duplicatas, bem como seus endossos, ou qualquer outro tipo de documento perante autoridades ou repartições Federais, Estaduais, Municipais, entidades autárquicas e paraestatais, instituições financeiras e quaisquer pessoas de direito público ou privado, que implique na responsabilidade da sociedade, ficando expressamente proibido efetuar negócios estranhos aos interesses da empresa sob pena de nulidade destes em relação à sociedade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** Os Administradores declaram, sob penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade. (art. 1011, § 1º, CC/2002).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:-** Responderão por perdas e danos perante a Sociedade, os Administradores que realizarem operações, sabendo ou devendo saber que estavam agindo em desacordo com a maioria, ou que usou de seu poder para realizar. (ar. 1013, parágrafo 2º CC/2002).

### CLÁUSULA 9ª - EXERCÍCIO SOCIAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1065, CC/2002).

CNPJ 02.856.826/0001-82







## P.Q.S - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneiteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os sócios poderão determinar o levantamento de balanços a qualquer tempo, para distribuir lucros, mesmo em períodos extraordinários, obedecidas as disposições legais e contratuais.

### CLÁUSULA 10ª- DAS REUNIÕES.

As reuniões dos sócios devem realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para aprovação das contas da administração; deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado e a destinação dos lucros do período.

### CLÁUSULA 11ª- PRÓ-LABORE

Os sócios, poderão ter uma retirada mensal a título de pró-labore, com o valor correspondente até o limite de isenção da Tabela de Imposto de Renda e a ser estabelecida em Ata de Reunião dos quotistas ou Ata da Assembléia dos acionistas, os quais serão levadas a despesas da empresa.

### CLÁUSULA 12ª- DO FALECIMENTO, DA DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO, INSOLVÊNCIA CIVIL E DA INABILITAÇÃO LEGAL.

De acordo com a cláusula 5ª, a Sociedade Limitada, vige por tempo indeterminado.

Desta forma, mesmo que ocorra falecimento, declaração de interdição, insolvência civil ou inabilitação da pessoa de qualquer dos sócios, estas hipóteses não implicarão na dissolução, liquidação ou qualquer outra forma de resolução da sociedade.

Os sócios remanescentes incluindo aqueles não interditos e aptos (ativos) a vida civil, econômica, financeira, comercial e empresarial ativa ou regular, poderão decidir de forma contrária ou diversa das hipóteses tratadas neste artigo, desde que de forma unânime, através de reuniões, conforme estabelece a Cláusula 10ª.

Ajustam os sócios que, na hipótese de falecimento de algum dos sócios, será facultado aos sócios remanescentes adquirirem as quotas do sócio "pré-morto", devendo ser observado para este exercício ou direito de aquisição, o limite dos respectivos percentuais (%) de quotas societárias que possuam os sócios na ocasião.

O sócio remanescente poderá declinar de sua faculdade ou direito de aquisição de quotas do sócio pré-morto, retornando aos demais sócios remanescentes a faculdade ou direito preferencial de aquisição declinado, observando sempre os limites de seus respectivos percentuais (%), que é o limite do exercício da faculdade de aquisição cabível ao sócio declinante deste direito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** O valor correspondente as Quotas do Sócio – "pré-morto", será aquele correspondente ao crédito ou valor em que se constituir os haveres societários apurados em Balanço de Determinação (Especial), pago dentro do contexto e forma de apuração de haveres societários, cuja data limite será aquela do evento morte do Sócio, cabendo em termos de exercícios ou considerações futuras, serem efetuadas as considerações relativas e proporcionais àquelas que por ventura venham contar com os reflexos dos fatores existentes à época e período compreendidos na apuração dos haveres, cuja data limite também para esta verificação é aquela em que se verificar a morte do Sócio, podendo esta consideração por ajuste e contratação entre os Sócios através deste Instrumento e Cláusula exercer a cinco (5) exercícios fiscais consecutivos, desprezando-se aquele em que houver ocorrido a morte do Sócio. Para tanto, será obrigatório para

CNPJ 02.856.826/0001-82

1ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO  
José Carlos R. de Jesus - 12/03/2013  
AUTENTICADO  
autenticado a presença do Tabelião de Notas e de Protesto  
original a esta e respectiva, do qual dou fé.

04 MAR. 2013

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

Correio de Registro, Junta - Esc. Aut.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL  
DE PESSOAS JURÍDICAS DE JACAREÍ - SP  
PROTOCOLIZADO E MICROFILMADO SOB Nº  
SOB Nº 05688-1, IM 31.663.6







## P.Q.S. - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os sócios poderão determinar o levantamento de balanços a qualquer tempo, para distribuir lucros, mesmo em períodos extraordinários, obedecidas as disposições legais e contratuais.

### CLÁUSULA 10ª- DAS REUNIÕES.

As reuniões dos sócios devem realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para aprovação das contas da administração; deliberar sobre o balanço patrimonial e de resultado e a destinação dos lucros do período.

### CLÁUSULA 11ª- PRÓ-LABORE

Os sócios, poderão ter uma retirada mensal a título de pró-labore, com o valor correspondente até o limite de isenção da Tabela de Imposto de Renda e a ser estabelecida em Ata de Reunião dos quotistas ou Ata da Assembléia dos acionistas, os quais serão levadas a despesas da empresa.

### CLÁUSULA 12ª.- DO FALECIMENTO, DA DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO, INSOLVÊNCIA CIVIL E DA INABILITAÇÃO LEGAL.

De acordo com a cláusula 5ª, a Sociedade Limitada, vige por tempo indeterminado.

Desta forma, mesmo que ocorra falecimento, declaração de interdição, insolvência civil ou inabilitação da pessoa de qualquer dos sócios, estas hipóteses não implicarão na dissolução, liquidação ou qualquer outra forma de resolução da sociedade.

Os sócios remanescentes incluindo aqueles não interditos e aptos (ativos) a vida civil, econômica, financeira, comercial e empresarial ativa ou regular, poderão decidir de forma contrária ou diversa das hipóteses tratadas neste artigo, desde que de forma unânime, através de reuniões, conforme estabelece a Cláusula 10ª.

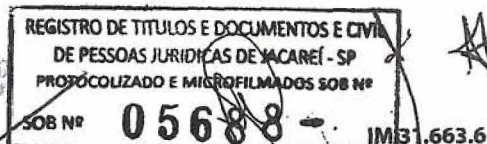
Ajustam os sócios que, na hipótese de falecimento de algum dos sócios, será facultado aos sócios remanescentes adquirirem as quotas do sócio "pré-morto", devendo ser observado para este exercício ou direito de aquisição, o limite dos respectivos percentuais (%) de quotas societárias que possuam os sócios na ocasião.

O sócio remanescente poderá declinar de sua faculdade ou direito de aquisição de quotas do sócio pré-morto, retornando aos demais sócios remanescentes a faculdade ou direito preferencial de aquisição declinado, observando sempre os limites de seus respectivos percentuais (%), que é o limite do exercício da faculdade de aquisição cabível ao sócio declinante deste direito.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** O valor correspondente as Quotas do Sócio - "pré-morto", será aquele correspondente ao crédito ou valor em que se constituir os haveres societários apurados em Balanço de Determinação (Especial), pago dentro do contexto e forma de apuração de haveres societários, cuja data limite será aquela do evento morte do Sócio, cabendo em termos de exercícios ou considerações futuras, serem efetuadas as considerações relativas e proporcionais àquelas que por ventura venham contar com os reflexos dos fatores existentes à época e período compreendidos na apuração dos haveres, cuja data limite também para esta verificação é aquela em que se verificar a morte do Sócio, podendo esta consideração por ajuste e contratação entre os Sócios através deste Instrumento e Cláusula exercer a cinco (5) exercícios fiscais consecutivos, desprezando-se aquele em que houver ocorrido a morte do Sócio. Para tanto, será obrigatório para

PARTE DO ORIGINAL

CNPJ 02.856.826/0001-82







## P.Q.S. - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

os Sócios – Remanescentes, incluindo-se, a Sociedade, abertura em prazo não superior a trinta (30) dias, computados da data do falecimento do Sócio e seu encerramento (finalização), em prazo não superior a noventa (90) dias, computados da data de abertura ou início, cabendo, mediante justificativa técnica ser prorrogado por mais trinta (30) dias, uma vez, apurados os valores ou haveres societários, será o Balanço (Especial) aprovado e subscrito por todos os Sócios – Remanescentes, pagando-se os créditos apurados em até vinte e quatro (24) parcelas, corrigidas pelo índice IGPM, vencendo-se a primeira (1ª) parcela trinta (30) dias, após a data de aprovação do Balanço pelos Sócios Remanescentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:-** No prazo de trinta (30) dias em que deverá ocorrer a abertura do Balanço de Determinação (Especial), de forma concomitante deverá ser comunicado expressamente ao Espólio do Sócio – “pré-morto”, na pessoa de seu Representante Legal, também a abertura ou início do Balanço de Determinação (Especial), para que desejando faça o acompanhamento dos trabalhos ou confecção do Balanço de Determinação (Especial), mediante indicação de Profissional da área Contábil, o qual desde logo poderá na forma e modo que definirem e indicarem os Sócios – Remanescentes acompanhar a realização do Balanço de Determinação (Especial), devendo constar desta comunicação expressa, todas as formalidades, procedimentos e demais, relativos a este acompanhamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:-** Durante o lapso de tempo que perdurar a realização dos trabalhos para confecção do Balanço de Determinação (Especial), receberá o Espólio do Sócio – “pré-morto” através de seu Representante Legal, ou ainda, a pessoa do Cônjuge – Supérstite desde que não haja impugnação por parte de Herdeiros e Sucessores, o valor correspondente à retirada que efetuava o Sócio – “pré-morto” a título de “pró-labore”. Ajustam e contratam os Sócios, que o valor a ser pago ou mantido durante a realização do Balanço de Determinação (Especial), não excederá o lapso de tempo de cento e vinte (120) dias, ou ainda, não será mantido ou verificado, quando existir ou perdurar discussão judicial sobre esta questão, cujo prazo de duração do Feito Judicial exceda a cento e vinte (120) dias.

**PARÁGRAFO QUARTO:-** Em se tratando de Sócio interdito, por força de moléstias físicas ou psíquicas, quando transitórias serão acolhidas pela Sociedade em conjunto com os demais Sócios, sem que haja o desligamento ou exclusão da Sociedade deste Sócio pelo prazo de doze (12) meses, prorrogados por decisão unânime dos Sócios em atividade por mais cento e oitenta (180) dias, mediante indicação ou atestado que comprove tal necessidade, após transcorrido o prazo originário ou aquele prorrogado, será promovida a saída deste Sócio, cabendo o observar a forma e demais, que se encontra disposto nos Parágrafos: **Primeiro (1º); Segundo (2º) e Terceiro (3º)**, desta Cláusula e Instrumento, levando-se em consideração o fato e circunstância de se tratar de uma interdição e não falecimento. Pelo que, serão as regras subsidiárias do contexto geral de procedimento por parte dos Sócios ativos e também da Sociedade.

**PARÁGRAFO QUINTO:-** Em se tratando de Sócio declarado falido ou se encontrando sob insolvência civil, não se aplicará o que dispõe o **PARÁGRAFO TERCEIRO (3º)**, cabendo desde logo a comunicação ao próprio Sócio falido ou insolvente, para que na forma dos que segue disposto e contratado através desta

CNPJ 02.856.826/0001-82







## P.Q.S. - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneiteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

**CLÁUSULA 12ª e PARÁGRAFOS: PRIMEIRO; SEGUNDO,** acompanhe a realização e apresentação do Balanço de Determinação (Especial), do qual resultará o valor correspondente as suas Quotas e Haveres Societários, para pagamento conforme dispõe esta Clausula e o **PARÁGRAFO - PRIMEIRO.**

**PARÁGRAFO SEXTO:-** Contratam e ajustam os Sócios, que todas as decisões que possa esta Cláusula e seus Parágrafos exigirem, serão adotadas após exposição, votação e deliberação de todos os Sócios, que pela via de Reunião Especial de Sócios, que sob o caráter extraordinário em relação aquele previsto pela **Cláusula 10ª** ocorrerá, cabendo ser consignado de forma expressa, portanto, através do competente Termo de Reunião de Sócios as exposições, considerações, votação e deliberações que sejam exigidas ou próprias à questão de que trata esta Cláusula e seus Parágrafos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:-** O cônjuge supérstite ou demais herdeiros ou representante legal por eles designados ou, ainda, designado judicialmente, não exercerão qualquer atividade de administração, **durante a apuração e após o pagamento dos haveres do sócio "pré-morto".**

**PARÁGRAFO OITAVO:-** Fica estabelecido entre os sócios que, caso algum contraia dívidas particulares ou em nome da sociedade, que impeçam a obtenção de créditos e empréstimos bancários que atrapalhem o bom andamento da sociedade, os demais sócios utilizarão recursos financeiros da própria sociedade para saldar tais dívidas, excluindo o nome do sócio-devedor dos serviços de proteção ao crédito, e, conseqüentemente, abatendo os valores gastos com tais quitações do Pró-labore mensal, com a finalidade de viabilizar a situação financeira da sociedade perante instituições bancárias, transferindo-se percentuais de quotas sociais do sócio devedor para a sociedade, ficando referidos percentuais como garantia de pagamento das dívidas, observando-se sempre a proporcionalidade entre os valores devidos e atribuídos às quotas sociais.

**PARÁGRAFO NONO:-** A garantia em quotas sociais permanecerá em tesouraria da sociedade, até que o sócio ou sócios devedores promovam a quitação do débito ou débitos; caso não ocorra a quitação do (s) débito (s), referidas quotas poderão ser adquiridas pelos sócios remanescentes em proporções iguais ou por qualquer sócio, caso os demais não manifestem interesse, desde que a deliberação seja feita em reunião entre os mesmos.

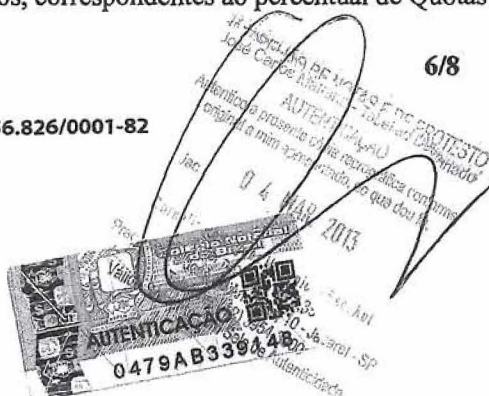
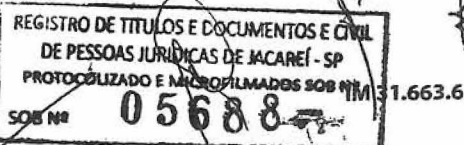
### **CLÁUSULA 13ª- CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU VENDA DE QUOTAS.**

O sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao sócio remanescente a sua intenção através de carta, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** Contratam e ajustam os Sócios, que em decorrência do caráter indivisível contratado e portando atribuído às Quotas Societária, **Cláusula 6ª**, serão sempre as Quotas Societárias não indivisíveis, com também não transmitiram propriedade e posse direta sobre a Pessoa Jurídica em que se constitui a Sociedade, precisamente não geram perante Herdeiros, Sucessores e Cônjuge Supérstite: Poderes, Cargos previstos em Contrato Social e possíveis Alterações, ressalvados aqueles sob a forma de Direitos de Créditos ou de Haveres Societários, correspondentes ao percentual de Quotas Societárias de cada qual dos Sócios. Razão

CNPJ 02.856.826/0001-82

6/8







## P.Q.S - ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

CRC 2-SP-020620/O-4

Rua Corneiteiro de Jesus, nº 173 - Centro - CEP 12.327-380 - Jacareí-SP

Tel/Fax: (12) 3953-6077 - e-mail: prquina@uol.com.br

pela qual em todo e qualquer Feito, Procedimento e demais, que possam implicar em arrolamento de bens, inventário, partilha, conferência de bens e demais, somente fica autorizada a indicação das Quotas Societárias como sendo indicativas de um direito a crédito, portanto, bem móvel passível de liquidação, especialmente quando se tratar das hipóteses que indica a **Cláusula 12ª**. Dentro dessa ordem de disposição contratual, portanto, de ajuste entre os Sócios, quando se tratar de arrolamento de bens ou partilha, sob realização ou levada a termo em Feito Judicial que se destine à separação judicial, divórcio e demais no campo pessoal dos Sócios, seguirá tal condição o que prevê e estabelece a presente Cláusula e Instrumento, não podendo a qualquer Interessado (a) exigir parte ou valor correspondente as Quotas partilhada ou arrolada em termos de Quota Social, até que fiquem finalizadas as providências e procedimentos de que trata a **Cláusula 12ª**, cabendo-lhes quando necessários apenas perceber aos limites do percentual que lhe tenha sido arrolado ou partilhado os créditos decorrentes de lucros, resultados e demais ao nível de distribuição, onde as Quotas Societárias representem na forma que dispõe este Ajuste e Instrumento direito de crédito.

### CLÁUSULA 14ª- FORO JURÍDICO.

Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o fórum de Jacareí Comarca da cidade de Jacareí, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### CLÁUSULA 15ª:- CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou que gerem dúvidas, não previstos neste instrumento, serão resolvidos pelos sócios em reunião convocada para esta finalidade, com a utilização supletiva da Lei 6.404/76.

E, por estarem as partes justas e contratadas, obrigam-se a cumprir as cláusulas acima classificadas em seus termos e assinam o presente instrumento de contrato social em 3(três) vias de igual teor e valor, juntamente com duas testemunhas instrumentárias abaixo assinadas, para que produzam efeitos legais.

Jacareí, 17 de dezembro de 2012.

  
AJOM PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI

Sócia Empresa. -

Administradora:- ANDRÉA JESIE DE OLIVEIRA MARCON

  
APO PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS EIRELI

Sócia Empresa

Administrador - ABNER PEREIRA DE OLIVEIRA

CNPJ 02.856.826/0001-82

